

# CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

NÍVEL SUPERIOR  
MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua Folha de Respostas e a sua Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva implicará a anulação das suas provas.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

## OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Não há conclusões unânimes, mas a ciência e os  
especialistas caminham para o entendimento de que o  
preconceito seja um conceito aprendido. Por definição, o  
4 preconceito é uma opinião formada antes da aquisição dos  
conhecimentos adequados; um sentimento desfavorável,  
concebido antecipadamente ou independente de experiência ou  
7 razão. Assim, foge da postura típica dos animais, que só  
passam a rejeitar aquilo que os prejudica a partir da experiência  
adquirida. O racismo prevê uma superioridade racial  
10 independente da experiência pessoal.

Um estudo neurológico realizado pela pesquisadora  
Eva Telzer, da Universidade de Illinois, analisou a reação de  
13 uma estrutura cerebral chamada amígdala, ligada a sensações  
como medo e ansiedade, em crianças e adolescentes de 4 a  
16 anos. O estudo mostrou que a amígdala não responde à  
16 questão racial em crianças: a sensação de medo começa a  
aparecer ao longo da adolescência, o que pode indicar que o  
racismo é aprendido ao longo da vida.

19 Já as pesquisas na área de psicologia experimental,  
que muitas vezes estudam o comportamento dos animais,  
poderiam encontrar uma explicação para o racismo de bases  
22 evolutivas — apesar de não existirem, nos animais, traços de  
preconceito ou discriminação propriamente dita. “Nós não  
identificamos em animais um correlato exato ao preconceito,  
25 especialmente porque preconceito é uma construção verbal e  
social típica das culturas humanas”, diz Patrícia Izar,  
professora doutora do departamento de psicologia  
28 experimental da Universidade de São Paulo (USP). “O  
que existe tipicamente entre os primatas, os macacos, é  
um comportamento de proteger o grupo ao qual eles  
31 pertencem; em geral, um grupo com alto grau de parentesco  
contra outro grupo.”

O geneticista Sérgio Pena não concorda com estudos  
34 evolutivos: “Ao postular a existência de uma natureza humana  
evolutivamente moldada para ser etnocêntrica, paroquial,  
bairrista e chauvinista, esses discursos geralmente terminam  
37 por atribuir ao racismo uma inevitabilidade natural. Isso não é  
verdade. Pelo contrário, as ‘raças’ e o racismo não têm  
nenhuma justificativa biológica e não passam de uma invenção  
40 muito recente na história da humanidade.”

Internet: <www.uol.com.br> (com adaptações).

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se do texto que a psicologia experimental é uma área do conhecimento científico que concorda com a tese do caráter hereditário do racismo em humanos.
- 2 A professora doutora Patrícia Izar destaca que, no reino animal, o que motiva o comportamento agressivo típico dos macacos para a proteção do grupo é análogo ao que motiva o ser humano a ter uma atitude racista.

3 O emprego de aspas no vocábulo ‘raças’ (l.38), na fala do geneticista Sérgio Pena, reproduz a intenção desse pesquisador de demonstrar a inadequação da palavra no contexto apresentado por ele.

4 A substituição da forma verbal “seja” (l.3) por é manteria a coerência e a correção gramatical do texto.

5 A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso o período “Assim, foge da postura típica dos animais, que só passam a rejeitar aquilo que os prejudica a partir da experiência adquirida.” (l. 7 a 9) fosse reescrito da seguinte forma: Assim, o preconceito foge da postura típica dos animais, que rejeitam aquilo que é prejudicial a partir da experiência adquirida.

6 O emprego do sinal indicativo de crase no trecho “não responde à questão racial” (l. 15 e 16) é obrigatório, dados o caráter definido do termo “questão racial” e a aceção do verbo **responder** no período.

7 A correção gramatical do texto seria mantida caso a forma “existirem” (l.22) fosse substituída por **existir**.

8 O verbo ‘postular’ (l.34) está empregado no texto com o mesmo sentido de **pressupor**.

1 A primeira celebração do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos das Nações Unidas, que ocorreu em 7 de junho de 2019, tinha como objetivo fortalecer os esforços para garantir que os alimentos que comemos sejam seguros. A cada ano, quase uma em cada dez pessoas no mundo (cerca de 600 milhões de pessoas) adoece e 420 mil morrem depois de ingerir alimentos contaminados por bactérias, vírus, parasitas ou substâncias químicas.

Alimentos não seguros também dificultam o desenvolvimento em muitas economias de baixa e média renda, que perdem cerca de US\$ 95 bilhões em produtividade devido a doenças, incapacidade e morte prematura de trabalhadores.

13 Nas Américas, estima-se que 77 milhões de pessoas sofram um episódio de doenças transmitidas por alimentos a cada ano — metade delas são crianças com menos de 5 anos de idade. Os dados disponíveis indicam que as doenças transmitidas por alimentos geram de US\$ 700 mil a US\$ 19 milhões em custos anuais de saúde nos países do Caribe e mais de US\$ 77 milhões nos Estados Unidos da América.

Na celebração do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos de 2019, discutiu-se que a segurança dos alimentos é responsabilidade de todos. A inocuidade dos alimentos contribui para a segurança alimentar, a saúde humana, a prosperidade econômica, a agricultura, o acesso ao mercado, o turismo e o desenvolvimento sustentável.

Internet: <www.paho.org> (com adaptações).

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os próximos itens.

- 9 Embora seja um problema mundial, a contaminação dos alimentos ocorre de forma mais severa nos países do continente americano, de acordo com o texto.
- 10 O problema dos alimentos não seguros reflete em diversos setores, como o econômico, que perde em produtividade, e o da saúde, que necessita despender altos valores na recuperação das pessoas contaminadas.
- 11 No trecho “quase uma em cada dez pessoas no mundo” (ℓ.5), a inserção de uma vírgula logo após “pessoas” prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 12 A substituição da expressão “metade delas” (ℓ.15) por **cuja metade** manteria a correção gramatical e a coesão do texto.
- 13 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam mantidos caso o período “A inocuidade dos alimentos contribui para a segurança alimentar, a saúde humana, a prosperidade econômica, a agricultura, o acesso ao mercado, o turismo e o desenvolvimento sustentável.” (ℓ. 23 a 26) fosse reescrito da seguinte forma: A integridade dos alimentos contribuem com a segurança alimentar, saúde humana, prosperidade econômica, agricultura, acesso ao mercado, turismo e desenvolvimento sustentável.
- 14 Sem alteração dos sentidos originais do texto, a palavra “transmitidas” (ℓ.17) poderia ser substituída por **transmissíveis**.

1 “Desprezo o que dizes, mas defenderei até a morte o teu direito a dizê-lo.” É com essa afirmação atribuída a Voltaire, filósofo do iluminismo francês, que Nigel Warburton principia o seu ensaio sobre liberdade de expressão. A liberdade de expressão — entendida em sentido amplo, em que se incluem a palavra escrita, as peças teatrais, os filmes, os vídeos, as fotografias, os cartuns, as pinturas, entre outros — é um direito consagrado no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

10 A liberdade de expressão é particularmente valiosa em uma sociedade democrática, ao ponto de haver quem sustente que, na ausência de uma ampla liberdade de expressão, nenhum governo seria de todo legítimo e não deveria ser denominado democrático. Essa é a perspectiva defendida por Ronald Dworkin, para quem “A livre expressão é uma das condições de um governo legítimo. As leis e políticas não são legítimas a menos que tenham sido adotadas por meio de um processo democrático, e um processo não é democrático se o governo impediu alguém de exprimir as suas convicções acerca de quais devem ser essas leis e políticas”.

22 Desde os alvares da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

Internet: <<https://agora-m.blogs.sapo.pt>> (com adaptações).

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens seguintes.

- 15 Segundo Ronald Dworkin, a ampla liberdade de expressão subjaz à existência de um governo legítimo e democrático.
- 16 O terceiro parágrafo do texto é essencialmente descritivo, porque caracteriza a liberdade de expressão.
- 17 No texto, sugere-se que a liberdade de expressão pode ser usada em favor da mentira e da manipulação.
- 18 É facultativo o emprego da vírgula presente na afirmação atribuída a Voltaire, no primeiro período do texto.

- 19 Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, o trecho “em que se incluem a palavra escrita, as peças teatrais, os filmes, os vídeos, as fotografias, os cartuns, as pinturas, entre outros” (ℓ. 5 a 7) poderia ser reescrito da seguinte forma: onde se incluem a palavra escrita, as peças teatrais, os filmes, os vídeos, as fotografias, os cartuns, as pinturas e entre outros.
- 20 A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas caso fosse inserida a expressão **por isso**, isolada por vírgulas, entre as palavras “e” e “não”, na linha 13 — **e, por isso, não**.
- 21 A expressão “suas relações” (ℓ.22) refere-se às relações da “democracia ateniense” (ℓ.21).

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens que se seguem, acerca de aspectos da redação oficial.

- 22 Em uma correspondência oficial destinada a um procurador-geral de estado, o vocativo a ser empregado é Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral.
- 23 É adequado o uso da forma Fortaleza, 8 de março de 2020, alinhada à margem direita da página em um documento no padrão ofício expedido na referida data na cidade de Fortaleza – CE.
- 24 No fecho de uma comunicação oficial remetida ao presidente da República, deve constar Respeitosamente, antes da assinatura do remetente.
- 25 O expediente denominado ofício é apropriado como forma de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

De acordo com as normas previstas na Constituição do Estado do Ceará, julgue os itens a seguir.

- 26 O procurador-geral de justiça será nomeado pelo governador do estado após a aprovação de seu nome em escrutínio secreto da Assembleia Legislativa.
- 27 Compete originariamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará julgar ação popular que tenha a finalidade de impugnar ato praticado pelo governador do estado.
- 28 Servidor público estadual investido na função de presidente de entidade representativa de sua classe poderá exercer suas funções na direção máxima da referida entidade, sem prejuízo do seu salário e de demais vantagens adquiridas na sua instituição de origem.
- 29 A regra que determina que, somente por voto da maioria absoluta de seus membros, o tribunal de justiça poderá declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal deve ser observada tanto no controle de constitucionalidade realizado por via de ação direta quanto no controle por via incidental.
- 30 O Poder Legislativo estadual possui competência para regulamentar transporte coletivo intermunicipal de passageiros que não ultrapasse os limites do estado.

Julgue os itens seguintes, de acordo com as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará e do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará.

- 31 As comissões permanentes que atuam em inquérito administrativo, instrumento por meio do qual os órgãos do estado e as autarquias estaduais apuram a responsabilidade disciplinar de seus servidores, devem ser compostas por três membros, sendo todos funcionários estáveis do estado ou de suas autarquias.
- 32 É vedada a cessão de servidor do estado do Ceará em estágio probatório para exercer cargo de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento no âmbito federal, municipal ou estadual.
- 33 A remoção de servidor do Ministério Público do Estado do Ceará, realizada de ofício e no interesse da administração pública, está condicionada à existência de vagas na unidade para a qual o servidor será removido.
- 34 Denomina-se elevação de nível profissional o avanço entre as referências, decorrente da promoção de servidor na mesma classe.

De acordo com as normas previstas na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, julgue os itens que se seguem.

- 35 A intimação pessoal do Ministério Público somente se considera realizada após a aposição de ciência pelo procurador ou promotor de justiça, ainda que em data anterior tenha ocorrido a entrega dos autos com pedido de vista ao membro do Ministério Público.
- 36 Compete ao procurador-geral de justiça ajuizar ação penal que seja de competência originária do tribunal de justiça, em razão de foro de prerrogativa do réu.
- 37 A decisão do promotor de justiça sobre o arquivamento de inquérito civil deve ser submetida ao Colégio de Procuradores, órgão de execução com atribuição legal para, se for o caso, rever o ato de arquivamento.

Durante o estágio probatório de determinado promotor de justiça do estado do Ceará, o corregedor-geral do Ministério Público apresentou impugnação ao Conselho Superior, com base em relatório circunstanciado, manifestando-se contrariamente à permanência do referido promotor de justiça na carreira por não respeitar aspectos de pontualidade e assiduidade no exercício de suas funções. Ao receber a impugnação, o Conselho Superior suspendeu o exercício funcional do promotor de justiça, até o julgamento definitivo do caso. Posteriormente, em reunião do colegiado, por dois terços de seus membros, o Conselho Superior decidiu pelo não vitaliciamento do promotor.

De acordo com essa situação hipotética e considerando as normas previstas na Lei Orgânica e no Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará, julgue os itens subsequentes.

- 38 Durante o período de suspensão do exercício funcional do promotor de justiça estão assegurados ao promotor os efeitos financeiros do cargo.
- 39 O julgamento definitivo do Conselho Superior está eivado de vício de legalidade porque, em decorrência do princípio da independência funcional, pontualidade e assiduidade não podem ser utilizados como requisitos para fins de vitaliciamento de membro do Ministério Público.
- 40 Da decisão final contrária ao vitaliciamento cabe recurso, com efeito suspensivo automático, ao procurador-geral de justiça.

No que se refere a ética, moral e valores, julgue os itens a seguir.

- 41 Os valores positivos e negativos de uma sociedade podem ser dissociados do senso moral.
- 42 A existência da conduta ética pressupõe a liberdade de consciência do agente.
- 43 Segundo a escola da moral das virtudes ou do caráter, de Aristóteles, os seres morais são definidos pelos hábitos e costumes desenvolvidos no decorrer do tempo.
- 44 Os juízos de valor, sob a perspectiva jurídica, enunciam ações segundo o critério de legalidade ou ilegalidade da conduta.
- 45 O senso moral, por ser universal, independe da sociedade na qual o indivíduo está inserido.

Considerando as disposições da Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

- 46 Constitui ato de improbidade administrativa permitir a realização de despesa não prevista em regulamento.
- 47 O dolo é elemento necessário para que o agente responda pela prática de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública.
- 48 As regras que vedam a prática de atos de improbidade administrativa incidem apenas sobre servidores públicos.
- 49 A incidência da referida lei independe de percepção de remuneração decorrente do exercício da função pública pelo agente.
- 50 Somente atos comissivos podem caracterizar uma situação como sendo de improbidade administrativa por violação dos princípios da administração pública.

Espaço livre

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito dos componentes patrimoniais e dos fatos contábeis, julgue os itens a seguir.

- 51 A distribuição de dividendos aos sócios se dará à medida que a empresa gerar lucro, ou quando o seu acervo líquido estiver positivo, isto é, com o ativo superior ao passivo.
- 52 O passivo contingente pode ser classificado como provável, possível ou remoto. Caso seja considerado remoto, deverá ser reconhecido em notas explicativas e mensurado a valor justo.
- 53 O fato contábil permutativo é aquele que não provoca alterações no patrimônio líquido nem modifica a composição do ativo circulante com o aumento das disponibilidades.

Com relação às demonstrações contábeis, julgue os itens que se seguem.

- 54 A demonstração do resultado abrangente (DRA) pode ser considerada uma extensão da demonstração do resultado do exercício (DRE), pois se inicia a partir do lucro ou prejuízo contábil encontrado na DRE e suas informações compreendem, principalmente, receitas ou despesas geradas pela avaliação a valor justo.
- 55 A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) pode ser dividida em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Saldo negativo nas atividades operacionais significa que a empresa teve prejuízo contábil no período.
- 56 O balanço patrimonial é uma demonstração estática, que mensura o patrimônio da entidade em uma data-base. Com a mensuração a valor justo, o valor do ativo é o mesmo mensurado pelo mercado.

Acerca dos efeitos inflacionários sobre o patrimônio de empresas, julgue os itens subsecutivos.

- 57 Os itens monetários do balanço patrimonial possuem um mecanismo intrínseco de proteção contra a inflação, em razão de seu valor econômico estar muito relacionado ao valor de mercado.
- 58 O efeito contábil da inflação no ativo permanente tem como contrapartida um saldo credor de correção monetária, que indiretamente reconhece o ganho com os passivos monetários.

Com relação ao controle de estoques, julgue os próximos itens.

- 59 Na compra de mercadorias pelo sistema de inventário permanente, devem-se lançar estoques de mercadorias e ICMS a recolher a débito e, em contrapartida, fornecedores ou caixa a crédito.
- 60 A necessidade de escolha de um método de avaliação de estoques decorre da instabilidade de preços. Caso se tenha uma economia com preços perfeitamente estáveis, qualquer que seja o método adotado, o resultado será o mesmo.

Considerando as normas de contabilidade aplicáveis às demonstrações financeiras, julgue os itens a seguir.

- 61 Um instrumento financeiro passivo pode ser classificado, no balanço patrimonial, conforme as seguintes categorias: mantido para negociação, mantido para a compra e disponível para o vencimento.
- 62 De acordo com a norma geral para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, aumentos no ativo circulante diminuem o caixa; reduções geram caixa; aumentos do passivo circulante evitam a saída de mais dinheiro; e reduções significam que o pagamento foi efetuado.
- 63 São denominados equivalentes-caixa os investimentos imediatamente conversíveis em moeda e que apresentam baixo risco de alteração de valor. Quanto a isso, a entidade deve expor em notas explicativas os critérios adotados para identificar as aplicações em equivalentes-caixa.
- 64 No fluxo de caixa pelo método indireto, o fluxo de caixa operacional deve ser estimado partindo-se do lucro líquido contábil, adicionando a depreciação e demais despesas que não impactam o caixa e subtraindo a receita de equivalência patrimonial e outras receitas que não adicionam caixa.
- 65 As ações em tesouraria, que representam as ações de uma companhia adquiridas pela própria sociedade, devem ser registradas no patrimônio líquido, em conta devedora, reduzindo-se, assim, o valor do capital.

Acerca de administração financeira, julgue os itens seguintes.

- 66 Os indicadores de liquidez relacionam o resultado da divisão, entre o montante dos recursos disponíveis e as obrigações a serem liquidadas; uma empresa estará em equilíbrio financeiro, isto é, com sincronia entre entradas e saídas de caixa, caso o resultado dessa equação seja superior a 1.
- 67 Para captar recursos, uma empresa pode vender títulos de dívida e ações a investidores, o que resulta em fluxos de caixa do mercado financeiro para a empresa.
- 68 O capital circulante líquido (CCL) reflete a liquidez das empresas, com base na relação risco-retorno: quanto maior o CCL de uma empresa, menores a sua liquidez e rentabilidade.

A respeito dos sistemas de custos e de informações gerenciais, julgue os itens subseqüentes.

- 69 No sistema de acumulação de custos por atividades, o cálculo do custo unitário para cada ordem corresponde ao custo total dividido pelo número de unidades efetuadas na ordem de produção.
- 70 O sistema de custeio por absorção é utilizado especificamente quando os produtos são fabricados por métodos de produção em massa ou em processo contínuo.
- 71 Os principais indicadores na análise de custo, volume e lucro são a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio, formulados a partir dos componentes custo fixo, despesa fixa, custo variável, despesa variável e preço de venda.
- 72 Os sistemas de custeio levam em consideração principalmente a segregação entre custos fixos e variáveis, para que possam ser feitos a análise de ponto de equilíbrio e o cálculo do custo unitário do produto.

Com relação à elaboração de demonstrações contábeis de acordo com a legislação societária, os princípios fundamentais da contabilidade e os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os próximos itens.

- 73 Nas consolidações, *goodwill* é o excesso de valor pago pela investidora por sua participação sobre os ativos da subsidiária, devendo ser registrado no ativo não circulante investimentos.
- 74 Como a avaliação dos investimentos permanentes pelo método de equivalência patrimonial baseia-se no ativo das controladas e coligadas, os investimentos avaliados por esse método sofrem mutação simultaneamente com o resultado das investidas.
- 75 Valor adicionado é definido como a riqueza criada por uma empresa, sendo geralmente medido pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros, incluindo-se, também, o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, aquele produzido por terceiros e transferido à entidade.

Julgue os itens seguintes, acerca das competências do Sistema de Contabilidade Federal e da composição do patrimônio público.

- 76 Compete ao órgão central do Sistema de Contabilidade Federal promover a conciliação da conta única do Tesouro Nacional com as disponibilidades das setoriais contábeis.
- 77 A cada apresentação da informação contábil a situação jurídica deve ser avaliada para determinar se a obrigação deixa de satisfazer a definição de passivo.

Acerca das especificidades dos procedimentos de reavaliação, redução a valor recuperável e depreciação, julgue os itens a seguir.

- 78 Eventual diminuição no valor de um ativo, em virtude da reavaliação, deverá ser debitada até o limite de qualquer saldo existente na reserva de reavaliação daquela classe de ativo.
- 79 A reversão da perda por redução ao valor recuperável de um ativo deve ser imediatamente reconhecida em contas do patrimônio líquido.
- 80 A metade do tempo de vida útil de um bem usado pode ser adotada como novo prazo de vida útil para fins de depreciação desse bem.

Considerando a mensuração de passivos, julgue os itens subsecutivos, acerca de provisões e passivos contingentes.

- 81 Provisões são obrigações presentes derivadas de eventos passados como os demais passivos, mas possuem prazos ou valores incertos.
- 82 Os passivos contingentes devem ser imediatamente reconhecidos em contas patrimoniais e periodicamente avaliados para determinar a probabilidade da saída de recursos.

Julgue os próximos itens, a respeito da terminologia e das características da informação de custos.

- 83 No custeio variável, os custos fixos são considerados como despesas do período.
- 84 O orçamento tem sido a principal fonte de alocação de recursos para os serviços públicos fornecidos sem contrapartida.

Julgue os itens a seguir, acerca das especificidades do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

- 85 A utilização do PCASP estendido é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta dos entes da federação.
- 86 O PCASP é dividido em seis classes de contas — ativo, passivo, receita, despesa, variação ativa e variação passiva —, classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: orçamentária, financeira, patrimonial e de controle.

Considere que as seguintes transações tenham sido contabilmente registradas no primeiro exercício financeiro já encerrado de determinada entidade governamental.

- I Aprovação da lei orçamentária anual no valor de \$ 200.000, sendo 50% na categoria econômica corrente e 50% na categoria econômica de capital.
- II Lançamento de impostos no valor de \$ 100.000, sendo arrecadados 80% desse valor.
- III Contratação de operação de crédito no valor de \$ 100.000, para pagamento em 10 anos, com recebimento imediato do recurso.
- IV Aquisição de imóvel a vista no valor de \$ 100.000.
- V Empenho, liquidação e pagamento de despesas de pessoal do exercício no valor de \$ 60.000.
- VI Empenho e liquidação de despesas de água, luz e telefone do exercício no valor de \$ 40.000, sendo 50% do valor pago no exercício e o restante inscrito em restos a pagar.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes, relativos à apuração dos resultados das demonstrações contábeis dessa mesma entidade.

- 87 O resultado orçamentário do exercício (ROE) foi deficitário em \$ 20.000.
- 88 O resultado financeiro do exercício (RFE) foi nulo.
- 89 O resultado patrimonial do exercício (RPE) foi superavitário em \$ 20.000.

Considerando as transações do setor público e as etapas e os estágios das despesas e receitas públicas, julgue os itens subseqüentes.

- 90 As transações e saldos recíprocos entre as entidades devem ser excluídos para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.
- 91 A ordem de pagamento deve ser registrada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.
- 92 As etapas da receita pública orçamentária — previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento — seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos e sempre ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias.

Relativamente aos objetivos e características do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), julgue os próximos itens.

- 93 Integrar e compatibilizar as informações no âmbito do governo federal constitui um dos objetivos do SIAFI.
- 94 Ainda que o SIAFI esteja centralizado em Brasília, o controle sobre a gestão de recursos cabe ao ordenador de despesas de cada unidade gestora.

Julgue os itens seguintes, relativos ao regime de adiantamento de suprimento de fundos.

- 95** Os entes da Federação devem observar as regras estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional quanto à regulamentação do seu regime de adiantamento de suprimento de fundos.
- 96** O suprimento de fundos não poderá ser concedido a servidor que não prestou contas no prazo regulamentar.

Julgue os itens a seguir, acerca dos reflexos e registros patrimoniais das despesas de exercícios anteriores (DEA).

- 97** Mesmo tendo o fato gerador ocorrido em exercício diverso, a DEA deve ser registrada em conta de resultado de exercício.
- 98** Nos casos em que a despesa abranja mais de um exercício, tanto a parcela da despesa correspondente ao exercício anterior quanto a parcela da despesa referente ao exercício corrente devem ser registradas como DEA.

Julgue os itens que se seguem, com relação ao regime e ao tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.

- 99** O momento da arrecadação pode ser usado como referência para o reconhecimento do crédito tributário.
- 100** O registro da variação patrimonial aumentativa pelo regime de competência deve ser feito concomitantemente com a execução orçamentária da receita.

A seguinte tabela representa um demonstrativo financeiro hipotético.

receita patrimonial	R\$ 1.000
receita de serviços	R\$ 1.500
receita industrial	R\$ 1.500
operação de crédito	R\$ 3.000
impostos	R\$ 500
taxas	R\$ 500
contribuições previdenciárias	R\$ 100
alienação de bens	R\$ 2.000
amortização	R\$ 4.000

Considerando esse demonstrativo financeiro, julgue os itens a seguir.

- 101** O valor correto do total das receitas correntes é R\$ 5.100.
- 102** O valor da receita de capital é R\$ 9.000.

A respeito de finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

- 103** O orçamento público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas para um período de dois anos.
- 104** A técnica orçamentária do orçamento clássico ou tradicional caracteriza-se por uma acentuada preocupação com o atendimento das necessidades da coletividade.
- 105** Os investimentos públicos cuja duração ou execução ultrapasse um exercício somente poderão ser iniciados após sua prévia inclusão no PPA.
- 106** O sistema de planejamento orçamentário federal segue o PPA, a LDO, a LRF e a LOA, instrumentos legais que se materializam periodicamente após serem propostos pelo Poder Executivo federal e, posteriormente, aprovados pelo Poder Legislativo.
- 107** A finalidade básica do decreto de programação orçamentária e financeira e de limitação de empenho e movimentação financeira é acompanhar a execução orçamentária, de forma a garantir que a parcela do PPA prevista para o exercício em curso seja efetivamente realizada.

Determinado estado da Federação tem, a receber, o valor de um aluguel devido ao tesouro estadual, vencido e não pago no prazo legal.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 108** O valor dessa dívida deverá ser inscrito na dívida ativa estadual.
- 109** O valor dessa dívida deverá ser contabilizado como receita de aluguéis.

Uma entidade pública realizou regular licitação para a compra de medicamentos. A entrega dos medicamentos foi efetivada e devidamente atestada pelo órgão público em 31/12/2019. Contudo, em virtude de burocracia interna da entidade, o pagamento só foi realizado trinta dias após a entrega dos medicamentos.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 110** Essa despesa deve ser registrada como despesa de exercícios anteriores, uma vez que foi gerada em 2019 e liquidada em 2020.
- 111** O estágio do recolhimento da despesa não foi concretizado em 2019.
- 112** O estágio do empenho da despesa foi concluído em 2019.

Determinado estado da Federação não promoveu a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os impostos de sua competência constitucional em 2019.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos.

**113** Nos termos da LRF, esse estado está impossibilitado de receber transferências voluntárias da União em 2020.

**114** Caso esse estado decida pela instituição desses impostos faltantes em 2020, a efetiva arrecadação será imediata, logo após a instituição dos referidos tributos estaduais.

---

A LOA de 2020 prevê crédito para a construção de um presídio federal com custo total previsto de R\$ 11 milhões. Os pagamentos serão realizados em parcelas durante a execução da obra, que será desenvolvida em dois anos, com expectativa de conclusão para 2021, conforme previsto no PPA.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os próximos itens.

**115** A vigência do crédito disponibilizado na LOA de 2020 terá duração de dois anos e findará ao final de 2021.

**116** Caso os recursos previstos inicialmente sejam insuficientes e haja a necessidade de complementar a dotação inicial com mais R\$ 1 milhão, será necessária a inclusão de crédito adicional extraordinário no montante de R\$ 1 milhão.

---

A respeito da receita e da despesa públicas, julgue os itens a seguir.

**117** A classificação da receita pública por fonte de recursos indica a esfera de governo que deu origem à receita, evidenciando se o recurso é federal, estadual ou municipal e se pertence ao exercício corrente ou a exercícios anteriores.

**118** De acordo com a classificação de despesa pública estabelecida na Lei n.º 4.320/1964, as transferências de capital se referem às dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, bem como dotações para amortização da dívida pública.

**119** Somente a receita tributária reúne condições de percorrer os estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

---

Antes do encerramento de determinado exercício financeiro, foi constatada a necessidade de reforço da dotação destinada a certa despesa que fora subestimada. Na tentativa de identificar possíveis fontes, verificou-se que

- R\$ 10.000 de outra dotação não iriam ser utilizados;
- a receita arrecadada ficaria R\$ 250.000 abaixo do previsto;
- a despesa realizada geraria uma economia de despesa de R\$ 380.000;
- o balanço patrimonial do exercício anterior apresentava superávit financeiro de R\$ 100.000;
- haviam sido reabertos créditos adicionais de R\$ 50.000.

Com base nas informações precedentes e na Lei n.º 4.320/1964, julgue o próximo item.

**120** Nesse caso, é permitida a abertura de crédito suplementar no valor de até R\$ 60.000.

Espaço livre

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

A remição de pena, ou seja, o direito do condenado de abreviar o tempo imposto em sua sentença penal, pode ocorrer mediante trabalho, estudo e, de forma mais recente, pela leitura, conforme disciplinado pela Recomendação n.º 44/2013 do CNJ. A remição de pena, prevista na Lei de Execução Penal, está relacionada ao direito constitucional de individualização da pena. Dessa forma, as penas devem ser justas e proporcionais, além de particularizadas, levando-se em conta a aptidão à ressocialização demonstrada pelo apenado por meio do estudo ou do trabalho.

A possibilidade de remir a pena por meio da leitura já é realidade em diversos presídios do país. De acordo com a Recomendação n.º 44/2013 do CNJ, deve ser estimulada a remição pela leitura como forma de atividade complementar, especialmente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, à educação e à qualificação profissional. Para isso, há necessidade de elaboração de um projeto pela autoridade penitenciária estadual ou federal com vistas à remição pela leitura, assegurando-se, entre outros critérios, a participação voluntária do preso e a existência de um acervo de livros dentro da unidade penitenciária. Segundo a norma, o preso deve ter o prazo de 21 a 30 dias para a leitura de uma obra, apresentando, ao final do período, uma resenha a respeito do assunto, que deverá ser avaliada pela comissão organizadora do projeto. Cada obra lida possibilita a remição de quatro dias de pena, com o limite de doze obras por ano, ou seja, no máximo 48 dias de remição por leitura a cada doze meses.

Internet: <www.cnj.jus.br> (com adaptações).

A Assembleia Legislativa do Ceará aprovou projeto de lei que altera o art. 4.º da Lei n.º 15.718/2014, elaborada conforme recomendação do CNJ. O projeto de lei torna expressa a possibilidade da leitura de livros religiosos proporcionarem a remição da pena em execução penal. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), atualmente, no projeto Livro Aberto, são 5.100 detentos que leem mensalmente em 17 unidades prisionais do Ceará. O preso escolhe, a cada mês, uma obra literária dentre os títulos selecionados para a leitura, o que agora poderá incluir livros religiosos. Em seguida, o apenado redigirá relatório de leitura ou resenha — a ser elaborados de forma individual, presencial e em local adequado —, devendo atingir nota igual ou superior a 6,0 para ser aprovado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Depois, isso é levado para a vara judicial, para ser avaliada a redução da pena.

Internet: <www.ceara.gov.br> (com adaptações).

É indiscutível que a obra literária tem o poder de reorganizar a nossa visão de mundo, nossa mente e nossos sentimentos, tocando nosso espírito por meio das palavras, que não são apenas a forte presença do nosso código; elas comunicam sempre alguma coisa que nos toca, porque obedece a certa ordem. O caos originário dá lugar à ordem e, por conseguinte, a mensagem pode atuar. Uma boa notícia é que toda obra literária pressupõe essa superação do caos, determinada por um arranjo especial das palavras, fazendo uma proposta de sentido.

Maria Luzineide P. da C. Ribeiro e Maria do Rosário C. Rocha. **Olhando pelo avesso**: reflexões sobre a remição de pena pela leitura e a escolarização nas prisões brasileiras. In: Fernanda Marsaro dos Santos *et al.* (Org.). **Educação nas prisões**. 1.ª ed. Jundiaí: Paco, 2019, p. 203 (com adaptações).

A leitura é um poderoso instrumento de ascensão social, de amadurecimento do ser em relação à sua função dentro de uma complexa sociedade, de absorção da sua cultura ao redor (...) é uma atividade essencial a qualquer área do conhecimento e mais essencial ainda à própria vida do ser humano.

Fernanda M. dos Santos, Gesuína de F. E. Leclerc e Luciano C. Barbosa. **Leitura que liberta**: uma experiência para remição de pena no Distrito Federal. In: Fernanda Marsaro dos Santos *et al.* (Org.). **Educação nas prisões**. 1.ª ed. Jundiaí: Paco, 2019, p. 21.

Considerando que os textos anteriormente apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo abordando os seguintes aspectos acerca da remição de pena pela leitura.

- 1 A remição de pena pela leitura como forma de ressocialização. [valor: 9,50 pontos]
- 2 A importância da leitura como forma de reorganização da visão de mundo do detento. [valor: 9,50 pontos]
- 3 Possibilidades e desafios da implementação de projetos de leitura no sistema prisional brasileiro. [valor: 9,50 pontos]

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	